

REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO

Ricardo Pinto (Mestrando em Literatura Comparada)

Resumo

Propomos uma reflexão sobre a novíssima narrativa brasileira sobre a violência —nas obras de autores como Paulo Lins, Fernando Bonassi, Patrícia Mello ou Marçal Aquino— tendo em vista suas relações com o processo de redemocratização do país. Tal literatura seria uma forma de revisão ética e identitária do imaginário tradicional ligado à brasilidade, revisão que se dá através da problematização e da crítica dos vários conflitos presentes na modernidade brasileira (classistas, étnicos, éticos, políticos ...), e da tentativa de definir possíveis novos agentes históricos.

A representação da violência e o período democrático

[Quando surgiu a possibilidade de publicação desta comunicação, perguntamo-nos se seria adequado ampliá-la, inclusive por questões de clareza. Um texto que pode contar com recursos da oralidade tem a vantagem se re-escrever enquanto é lido/ se lê. Decidimos por manter o texto o mais próximo possível da primeira vez que foi apresentado: adaptá-lo da maneira devida seria modificá-lo essencialmente. De qualquer forma, é uma introdução a nossa pesquisa, sendo assim, generalizante e enfático, sem, no entanto, fornecer uma argumentação mais sólida para as questões que são levantadas. Suas virtudes e defeitos, penso, se devem a isto.]

Não é simples explicar por que a violência surge como tema capital da literatura contemporânea, em parte porque são muitas as razões possíveis, em parte porque é um fenômeno relativamente novo (ao menos, sua representação nos termos atuais). Não nos parece incorreto afirmar que há uma exploração mercadológica da violência — livros sangrentos vendem mais — inspirada formalmente na cultura de massa americana (filmes de ação, literatura *noir*, *pulp*, histórias em quadrinhos, música rap etc). A teoria pós-moderna também serve como possível fonte de inspiração, tanto por sua (semi)legitimação destas fontes de cultura de massa, quanto pela crítica ao poder (que necessariamente passa por uma crítica à violência, seja epistemológica, seja física). Foucault parece ser o fantasma padroeiro flutuando sobre estas empreitadas literárias. Outra razão bastante clara é o aumento da violência urbana no Brasil. Segurança é um tema que sempre preocupou as classes médias, e o aparente fracasso do Estado em conter o crime cria um ambiente pessimista, capitalizado pela literatura. Não acreditamos, no entanto, que isto dê conta do fenômeno, especialmente se pensarmos em termos de uma literatura de teor mais crítico. A violência, na literatura atual, não é apenas um fetiche ou um truque para aumentar vendas. Ao contrário, ela apresenta uma importância ética e estética bastante profunda, bastante extensa também, perpassando os mais variados questionamentos, e nesta literatura da violência podemos encontrar tanto vozes progressistas quanto conservadoras, que se encontram sob uma empreitada crítica comum. Não se trata, enfim, de simplesmente criticar a banalização da violência. Sua representação literária deixa de ser sintoma e passa a símbolo de nosso momento. De uma certa forma, representar a violência é representar nossa identidade.

A consolidação democrática das últimas décadas foi marcada por vitórias e fracassos. Por um lado, a democracia formal — liberdade de expressão, multipartidarismo, debate político aberto, eleições regulares e sem percalços — mostrou-se firme. Politicamente, vivemos um dos períodos mais estáveis de toda história republicana. Por outro lado, a contra-parte concreta da democracia — a democracia real, diríamos — que seria a existência de cidadania plena e de direitos mínimos como renda, educação, habitação, saúde, segurança... para, ao menos, a maior parte da população não foi ainda alcançada. Não há cidadania plena, e, apesar de grandes avanços em relação ao período anterior, ainda se está bem longe de uma situação ao menos razoável. Esta demora na expansão da cidadania tem uma série de conseqüências, das quais a não menos grave é a descrença no sistema democrático. A ditadura militar correspondeu a um período de grande expansão econômica e, portanto, mobilidade social. O período democrático, por sua vez, tem enfrentado uma continuada crise econômica e social, o que estreitou bastante as possibilidades de ascensão. Assim, são mais ou menos comuns lamentos saudosistas sobre os bons tempos dos militares, quando “estas coisas não aconteciam”, “a parte de empregos era a mais grossa do jornal” ou “todo mundo podia sair na rua”. Não nos cabe entrar nos aspectos estritamente sociológicos da crise atual, mas a nós parece que há uma inversão entre causa e conseqüência: a crise do período democrático, causada pelas ambigüidades e instituições da ditadura, é percebida como crise da democracia.

Há ainda um complicador, e é este precisamente o ponto a que queríamos chegar, que é o desalojamento das classes médias urbanas do centro de tomada de decisão. O período democrático coincide com o achatamento da classe média brasileira, sua perda de poder nos mais diversos níveis. Economicamente, há o desemprego e a estagnação econômica. Socialmente, a perda de uma certa estabilidade, ainda que frágil, especialmente no tocante à segurança pública. Finalmente, politicamente, e é para isto sobretudo que gostaríamos de chamar a atenção, o discurso público já não é mais moldado para atender às suas necessidades ou para representá-la. O mítico “povão”, por seu peso na democracia, passa a ser protagonista das questões políticas. Gostaríamos de entender esta transição política como uma questão discursiva e ética, de transformação de linguagem e de valores para atender a uma transformação na realidade do país. Ideologicamente, isto representa um alijamento da representação na cultura: esta deixa de ser média, passa a ser baixa. Talvez possamos falar da substituição de um modelo identitário

defendido por Gilberto Freire para um outro, ainda não bem definido, mas em que seu estágio atual, de transição, chama a atenção para os vários conflitos, étnicos e de classe, especialmente, e tenta descobrir alguma positividade neles.

A ditadura talvez corresponda ao último período em que houve a possibilidade de coesão político-ideológica, ainda que forçada. A noção de *progresso* serviu como justificativa para a permanência do regime militar e de todos os mecanismos autoritários que o mantinham. A estratégia fundamental é criar um discurso monolítico, em que a oposição esteja disposta como um outro a que se tratará de ridicularizar, diminuir, negar atributos de razão e de honestidade. Assim, a esquerda e a oposição são tratadas pelos meios de divulgação dos militares (na prática, em maior ou em menor escala, toda a mídia do país) como sendo seres essencialmente diferentes do bom povo brasileiro, progressista e trabalhador. A esquerda é terrorista e atéia (monstruosa), ou delirante e irrealista (infantil) ou festiva (preguiçosa, inútil), tudo menos uma opção real ao poder estabelecido. Já a oposição mais ao centro é percebida como estraga-prazeres, anti-progressista, super-exigente. Esta estratégia discursiva seria similar à visão do oriente construída pela academia ocidental, assim como o *disavowal* colonial, o hábito de perceber a diferença *deles* como uma ausência dos bons valores presentes em *nós*. A abertura política e a transição democrática trazem uma mudança fundamental à maneira que se exerce o poder. Com a liberdade de expressão e a possibilidade que as várias forças em jogo têm de se manifestar e de se fazer ouvir, passamos para um discurso que se estrutura de forma dialógica, negociada. Se isto não chega a anular o poder das lideranças tradicionais do país, que, afinal, continuam controlando o capital, traz para dentro do jogo um fator novo: a força dos votos, a pressão demográfica. O discurso político passa a ser dirigido para a maioria da população e, pelo menos teoricamente, deve passar a atender suas demandas em algum nível. *O que o 'povão' quer* passa a ser uma questão política essencial, nem que seja para adquirir a capacidade de manipular o tal "povão" em um regime democrático. Em outros termos, enquanto na ditadura era muito fácil definir ideologicamente um *nós* como aqueles que defendem o regime (que no período do milagre equivaleu à esmagadora maioria da população) e um *eles* como os que se opõem, no período democrático a construção desta oposição entre *nós* e *eles* ideológico é complicada, quase ao ponto da impossibilidade. Este nós se confundia com a população, ou ao menos era entendido nestes termos. A construção do nós identitário se dava através da apropriação ideológica do outro, ou

seja, através da neutralização das diferenças e dos conflitos, de sua negação, o que permite que esta voz do *nós*, na verdade voz da elite, seja entendida como voz de *todos*. No período democrático, a camada que se acostuma a pensar em si como *nós* e como *todos* é obrigada a admitir que não é, de fato, *todos*, quase chegando a ser *eles*.

Devemos lembrar que foram exatamente estas classes médias as responsáveis pelo fortalecimento do bloco que se opunha ao regime militar, liderando o processo de transição de regime. O enfraquecimento econômico, político e cultural que as camadas médias sofreram durante o período democrático foi percebido parcialmente como uma derrota, uma perda e uma traição. Gostaríamos de discutir a reconfiguração da brasilidade a partir do tensionamento entre o discurso e a prática autoritária pré-democrática, que privilegiava as classes médias, e o discurso democrático, que, através de práticas populistas ou populares de fato, passa a privilegiar como objeto de convencimento as classes mais baixas.

Podemos nos referir a uma “opressão democrática”, o sentimento, por alguns setores da sociedade, de que a democratização resultou em uma perda de direitos, e que o bem-estar social, em vez de aumentar, diminuiu neste período. O que subjaz ao sentimento de “opressão democrática” é a incapacidade de iniciar a negociação de um novo pacto social, que garanta cidadania às minorias em nossa sociedade. Este novo pacto, no entanto, está em curso, e gera conflitos múltiplos. Nossa tradição autoritária nos deixou despreparados para os desafios que enfrentamos atualmente, especialmente ao estabelecer os mecanismos de divisão sócio-econômica que nos tornaram uma nação tão injusta. Com a transição, foram dispostas algumas questões que esperavam para ser historicamente resolvidas, do que surgem os conflitos.

Há, então, uma crise de sujeito e de domínio do sujeito, ou seja, do campo de atuação e de sujeição do indivíduo em relação à ideologia. Estamos aqui chamando de domínio o outro lado do sujeito, o espaço de atuação do sujeito sobre o mundo: o campo de formação do sujeito (sujeição de si) e de atuação do sujeito formado (sujeição do outro a partir de si). A existência de uma moralidade, por exemplo, pressupõe não só a pré-existência de um código de valores, como também a capacidade por parte das consciências individuais de aplicarem e modificarem o código de acordo com cada situação. Então, há um domínio quando temos certos parâmetros fixos daquilo que pertence e que não pertence à nossa identidade, mas também quando podemos adequar estes parâmetros às mudanças por que passamos, como indivíduos ou sociedade, ou seja,

quando *dominamos* estes valores. Em uma situação estável, temos consciência do quanto podemos perverter estes valores em nosso favor ou em favor de nossa comunidade. Os limites entre o domínio de nossa identidade e os outros domínios, o estrangeiro, o diferente, o outro, o mal... estão, embora não sejam muito precisos, traçados. Enfim, é possível definir aquilo que é subversivo.

Nosso domínio é a teia de discursos que nos definem, mas é também nosso espaço de articulação, a maneira que nos relacionamos como subjetividades com o mundo físico, real, concreto. Neste sentido, nosso domínio é o local em que vivemos, nossa casa, nosso bairro, nossa cidade, nosso país, é a presença de nossos amigos, nossos vizinhos, de todas as pessoas que reconhecemos como iguais. Em nosso momento (político e cultural, democratização e pós-modernidade) precisamos redefinir o que significa este *nosso*, redefinir as fronteiras de nosso domínio (que se tornam *domínios*, ao menos por algum tempo). Embora este seja, em muitos aspectos, um exercício de libertação de culpas e de recalques, é também de auto-sacrifício, de imolação.

O grande símbolo atual para esta crise de valores e de identidades é a violência. Ela surgirá como falso valor, como falsa consciência também, será o *ethos* que, na falta de uma definição estável para o que somos, nos definirá. A violência seria, portanto, um simulacro de valor. É um simulacro porque, apesar de possuir aparência de valor, não necessita e na verdade nega um pacto social, uma negociação entre desejo (e consciência) individual e razão coletiva. A violência supõe a suspensão da consciência, a exclusão do horizonte de desejos e necessidades do outro na existência social. Os criminosos de Lins, Bonassi, Aquino ou Mello são seres solitários. Abandonaram a família, não têm amigos, mas aliados. Não acatam nenhuma razão exterior a seus próprios desejos, sua ação dentro da coletividade se dirige sempre para a conquista de mais poder, de mais despotismo. Não se reconhecem como etnia, ou classe social, mas apenas como grupo: antes de serem brasileiros, ou negros, ou marginalizados, são bandidos, antes de serem bandidos são *um* bandido. A violência surge então como símbolo de uma dinâmica social agônica, um pretexto de representação de um quase-cidadão brasileiro que passa pela adaptação traumática de sua identidade em relação à realidade moderna, mutável e violenta.

Os crimes relacionados ao tráfico são um dos eixos da representação da violência, mas não são o único, provavelmente nem o principal. Quando nos referimos a uma *literatura da violência*,

desejamos significar algo mais profundo, uma literatura que reflete o sentimento de que a vida urbana no Brasil atual é, essencialmente, uma experiência violenta. O valor simbólico que acreditamos possuir a violência talvez explique esta sensação.

A sensação da violência é basicamente símbolo da fragilidade e vulnerabilidade individual diante da realidade de uma grande cidade. Todas as conquistas, todas as pequenas vaidades, nossas razões de orgulho, nosso poder social, nada disto tem validade alguma diante de uma experiência violenta. Em outros termos: a violência anula a maneira que nos construímos, tanto subjetivamente quanto publicamente. O sentimento de impotência e de absurdo acaba se relacionando a outras frustrações. Politicamente, a violência é o símbolo mais forte do fracasso do Estado democrático na resolução dos problemas. Para as classes médias a frustração é ainda mais intensa, pois a vulnerabilidade pessoal é facilmente projetada como uma forma de opressão democrática. A pérola conservadora de que a defesa dos direitos humanos é defesa dos direitos dos bandidos em detrimento do cidadão comum, ou de que o bandido pode sair na rua a qualquer hora, mas o cidadão de bem não, seriam exemplos da maneira que estas frustrações se articulam discursivamente. A *literatura da violência* tentará trabalhar esta frustração democrática, pondo-a no cerne de uma crítica e de uma revisão identitária.

Como palavras finais gostaríamos de marcar nossa oposição à tendência de caracterizar esta literatura como um neo-realismo. Ao contrário do que possa aparentar, esta literatura que tornará a violência seu tema central não tem pretensões jornalísticas. Seu método e esforço central se dirige para a construção de um campo simbólico onde possa se dar a atividade crítica (e a violência interessará exatamente como símbolo de um acirramento da crise valores do homem público contemporâneo). Em autores como Lins e Bonassi, que acreditamos tocam o território daquilo que, na falta de termo mais adequado, chamamos de grande arte, isto é ainda mais verdadeiro.